



# Diário Oficial Jarinu

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -  
Jardim da Saúde. Jarinu/SP  
CEP 13240-187

(11) 4016-8200  
[www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br)

28 maio 25

Edição nº 397

Página 1 de 11

## SUMÁRIO

GOVERNO   Leis Municipais.....	2
GOVERNO   Decretos .....	3
CULTURA   Editais .....	4
CONSELHOS MUNICIPAIS   Atos dos Conselhos .....	5

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu  
CNPJ: 45.780.079/0001-59  
Endereço: Praça Francisco Alves  
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu  
CNPJ: 01.569.688/0001-98  
Endereço: Rua Antônio de Aguiar  
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-4330



## GOVERNO | Leis Municipais

### LEI Nº 2380 DE 27 DE MAIO DE 2025

“Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.064.144,46 (Um milhão, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), conforme descrição abaixo.

#### 02.06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 02.06.01 Fundo Municipal de Saúde

Aplicação 301.0010

33.90.39.00.0000 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....1.064.144,46

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através de excesso de arrecadação, emenda 202430462025, federal, Deputado Saulo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

Mauricio Alan Bertolotti  
Secretário Municipal de Finanças

### LEI Nº 2381 DE 27 DE MAIO DE 2025

“Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 913.384,85 (Novecentos e treze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) conforme descrição abaixo.

#### 02.08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

##### 02.08.02 DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

100.0134..... Revitalização da Avenida João Pedro Ferraz

44.90.51.00.0000 Obras e Instalações (Fonte 02).....  
.....R\$ 913.384,85

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através do excesso de arrecadação convenio Estadual, 89/2025 Revitalização da Avenida João Pedro Ferraz.

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

Mauricio Alan Bertolotti  
Secretário Municipal de Finanças

### LEI Nº 2382 DE 27 DE MAIO DE 2025

“Dispõe de Controle e erradicação de Árvores de Espécies Exóticas Invasoras Vegetais do Município de Jarinu”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Para efeito desta Lei entende-se por espécie exótica invasora, toda espécie que não são originais a determinado ecossistema, que, independentemente de sua forma de introdução, provoca alterações ecológicas no habitat e nas espécies nativas, gerando prejuízo e riscos à biodiversidade.

§1º O controle e erradicação das espécies vegetais invasoras terá como objetivo a restauração das condições ambientais que permitam o restabelecimento da vegetação nativas.

§2º As ações de controle e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras em área urbana de domínio público e particular deverão ser realizadas sob a responsabilidade técnica de engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, engenheiro ambiental, biólogo ou gestor ambiental registrados em seus respectivos órgãos de classe, a fim de controle de erosão, e que seja planejado de forma progressiva.

Art. 2º. As espécies vegetais exóticas invasoras no Município de Jarinu estão descritas no anexo I desta Lei.

Art. 3º. A áreas de proteção ambiental - APA e área zona urbana no município são prioritárias para as ações de controle ou erradicação das espécies vegetais exóticas invasoras.

Art. 4º. O Plano de arborização pública no município deverá privilegiar o uso de espécies vegetais nativas, exceto em casos devidamente justificados.

Art. 5º. A implantação da arborização em loteamentos é de responsabilidade do empreendedor.

§1º O plantio deve ser realizado com espécies nativas e de porte adequado ao local.

§2º Nos casos de arborização em calçamentos, deverão



ser utilizadas árvores nativas de pequeno a médio porte, conforme especificado na Lei nº 2.166/22 ou em eventual legislação que a substituir.

Art. 6º. O controle e erradicação das espécies exóticas invasoras isoladas vivas ou mortas em área urbana de domínio público é de responsabilidade da prefeitura, mediante análise técnica do responsável da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º. A solicitação de supressão de espécies exóticas invasoras em áreas públicas e particulares deverão ser feitas através da abertura de protocolo junto ao sistema digital disponibilizado no site da Prefeitura de Jarinu.

I - O proprietário somente poderá proceder com a supressão após a emissão da autorização assinada.

II - A supressão e a remoção dos resíduos do espécime arbóreo em área particular são de responsabilidade do proprietário.

III - O não cumprimento do contido no caput deste artigo e incisos está sujeito às penalidades previstas na lei nº 2166/22 ou a que vier substituir.

Parágrafo único. Após a emissão do Laudo de Vistoria Técnica pelo responsável da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, deverá ser avaliada a necessidade de reposição de mudas nativas na proporção de 1 por 1.

Art. 8º. Fica Proibido o plantio de espécies exóticas e exóticas invasoras conforme anexo I e Anexo II ao firmar o cumprimento do Termo de Compensação Ambiental (TCA), em projeto de implantação de loteamentos, condomínios e parcelamentos de solo.

§1º O previsto no caput deste Artigo se aplica exclusivamente às espécies constantes no Anexo I e Anexo II.

§2º A reposição não deve ser realizada em caso de árvores próximas ou abaixo de fiação elétrica, não havendo possibilidade de adequação conforme a lei de arborização.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

Mariliza Scarelli Soranz  
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

## LEI Nº 2383 DE 27 DE MAIO DE 2025

“Altera o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 2362 de 20 de março de 2025”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela

sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. A tabela contida no parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 2362 de 20 de Março de 2025 para a vigorar da seguinte forma:

Art. 3º ...

§1º A gratificação será calculada pela UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) conforme segue:

Oficial / Praça	Valor da Gratificação por hora trabalhada	Quantidade de trabalhadas
Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente	2,12 UFESP,	8 horas
1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado,	1,75 UFESP	8 horas

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

Mariliza Scarelli Soranz  
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

## GOVERNO | Decretos

### DECRETO Nº 3.495 DE 28 DE MAIO DE 2025

“CONVOCA A 1º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, VI da Lei Orgânica do Município, e considerando os termos da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024, do Ministério das Cidades;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 1ª Conferência Municipal da Cidade, a se realizar até o dia 15 de junho de 2025, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Art. 2º. A 1ª Conferência Municipal da Cidade desenvolverá seus trabalhos a partir do tema “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.

Art. 3º. Será instituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis, mediante resolução, a Comissão Organizadora Municipal, que deverá ter a seguinte composição:

I - Gestores, administradores públicos e legislativos municipais: 42,3%.

II - Movimentos populares: 26,7%.



III - Trabalhadores, por meio de suas entidades sindicais: 9,9%.

IV - Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano: 9,9%.

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais: 7%.

VI - ONGs com atuação na área de desenvolvimento urbano: 4,2%

Parágrafo único. À Comissão Organizadora Municipal caberá definir o critério para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitados os dispositivos legais atinentes a este processo.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Débora Cristina do Prado Belinello  
Prefeita Municipal

Rose Regina Novaes Mingotti  
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

Dalto Soranz  
Secretário Municipal de Governo

## CULTURA | Editais

### Lista de Inscritos na Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) de Jarinu

Nome:	Nome do projeto:	Categoria	Concorrência:
Alan Silva Albertino	Arte na Base	3.1 Oficinas	Ampla
Alan Silva ALbertino	arte primária	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Ampla
Arine Ribeiro	Formação Musical Afrocentrada para Educadores: Cantar para Despertar	5.1 Cultura Afro	Cotas pessoa negra
Arisa Ribeiro	"Antes de nós, eu!"	1.1 Música	Cotas pessoa negra
Banda Filarmônica 17 de Abril de Jarinu, SP	A Banda , o Pedro e o Lobo	1.1 Música	Ampla
Bruna Caroline de Campos Alberico	BIG TOP CIRCUS	2.1 Dança, teatro e circo	Ampla
Companhia Canto e Riso	Uma Apresentação Especial	1.1 Música	Ampla

Companhia Canto e Riso	" PLANTANDO PARA COLHER"	2.1 Dança, teatro e circo	Ampla
Conceição Aparecida da Costa	Cerâmica em flor - jardim suspenso	3.1 Oficinas	Cotas pessoa negra
Debora Cristina Garcia	Expressar para Acalmar	3.1 Oficinas	Ampla
Edemilton Alves Schimite	Grupo de capoeira. Força e honra	5.1 Cultura Afro	Cotas pessoa negra
Elson Alves Schimit	Capoeira na Praça	5.1 Cultura Afro	Ampla
Felipe Rodrigues Lima da Silva	O Jogo Dramático	3.1 Oficinas	Ampla
Felipe Rodrigues Lima da Silva	Se a Natureza falasse...	2.1 Dança, teatro e circo	Ampla
Fernando Cavallari	KOMBI NO CIRCO EM JARINU	2.1 Dança, teatro e circo	Ampla
Glauca Vilela Rosario	Sons do Mundo	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Ampla
Glauca Vilela Rosario	Clipe musical Eu me Conecto	1.1 Música	Ampla
Janaina Fernandes	Sons das Letras – Brincando com Palavras e Ritmos	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Cotas pessoa negra
Jederson Heleno Machado	OFICINA CULTURAL ITALIANA	3.1 Oficinas	Ampla
Jéssica Aparecida Rodrigues Soranz	Aquarela de Café: Memórias e Expressões da Nossa Terra	3.1 Oficinas	Ampla
Jessica Lima da Silva	O Canto do Ilê – Preto Soul	1.1 Música	Cotas pessoa negra
Johantas ribeiro	No batuque delas	5.1 Cultura Afro	Cotas pessoa negra
Juliana Pereira De Moraes	Flamenco Itinerante - Raízes Que Dançam	2.1 Dança, teatro e circo	Ampla
Karen Cristina Damasio	Vozes, Ritmos e CORES – Festival de Cultura Afro	5.1 Cultura Afro	Ampla
Karen Cristina Damasio	EP Dossiê - LCH	1.1 Música	Ampla
Levi Libório Estevam	Aki É Shw.	1.1 Música	Cotas pessoa negra
Luan Camilo da Hora	Tudo Que Vai Volta: Oficina de Pirografia	3.1 Oficinas	Cotas pessoa negra
Luan Camilo da Hora	Dança, Teatro e Circo "A História da Arte de Jarinu"	2.1 Dança, teatro e circo	Cotas pessoa negra
Marcia Valéria Jacintho	"Concurso Pretas e Pretos de Jarinu"	5.1 Cultura Afro	Cotas pessoa negra



Marcia Valéria Jacintho	Palestra "Letramento Racial	3.1 Oficinas	Cotas pessoa negra
Maria Luísa Ferreira Dos Santos	Dandara Vai pra Escola – Teatro de Fantoques e Identidade Negra na Infância	3.1 Oficinas	Cotas pessoa negra
Mônica Lilian de Moraes Ferreira	Dança Cigana Brasileira e Fusões	3.1 Oficinas	Ampla
Natasha Freitas Franklin Araujo	Laboratório Musical: Canto de Rua, Verso de Vida	1.1 Música	Cotas pessoa indígena
Nicole Barista Coelho	Os 5 sentidos e a Primeira Infância	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Ampla
Olga Lira da Silva	Arte que Floresce	3.1 Oficinas	Ampla
Olga Lira da Silva	Esquina Lúdico -Musical Revitalização Cultural e Interativa de Espaço Público	4.1 Preservação patrimonial	Ampla
Priscila Fernanda Aparecida Brollo	Trilhando Histórias: O Folclore e a História Ganhando Vida na Trilha do Cristo.	4.1 Preservação patrimonial	Ampla
Priscila Leo Dressenetti	Oficina de Ervas - Farmácia Caseira	3.1 Oficinas	Ampla
Rafael Ribeiro da Silva	Voz e Berimbau	1.1 Música	Sim, pessoa indígena
Samara Aparecida Ferreira	Vozes que dançam, corpos que falam	2.1 Dança, teatro e circo	Cotas pessoa negra
Silvia Donizeti Marcelino	PRESEPIO PRETAeu: Cultura Afro, Identidade e Comunidade	5.1 Cultura Afro	Cotas pessoa negra
Socleson De Oliveira Dantas	Flamenco Itinerante	2.1 Dança, teatro e circo	Ampla
Socleson De Oliveira Dantas	"AKI é Show do Povo – Carnaval e Cultura "	1.1 Música	Ampla
Tatiana Anguinoni Carvalho	Oficina de Teatro Musical	3.1 Oficinas	Ampla
Tatiana Anguinoni Carvalho	Renascimento da Dança Afro	5.1 Cultura Afro	Ampla
Tatiane Aparecida Barbosa Camargo	AUTISMO EM HARMONIA	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Ampla
Tatiane Aparecida Barbosa Camargo	Autista em Harmonia 2	3.1 Oficinas	Ampla

Thiago Felipe Justiniano Savone	Da Avenida à Memória: Patrimônio do Samba de Jarinu	4.1 Preservação patrimonial	Cotas pessoa negra
To Beat Desenhos Animados Ltda.	Oficina de brinquedos com o Professor Rabisco.	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Ampla
Wagner Azevedo de Oliveira	Papo de terreiro - Fortalecendo Narrativas Afro-brasileiras	5.1 Cultura Afro	Cotas pessoa negra
Weslei Aparecido de Barros 38850527845	Quinteto nas escolas	1.1 Música	Ampla
Johantas Santos Ribeiro	Brincando na Rua: Cultivando Raízes na Primeiríssima Infância	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Cotas pessoa negra
Eliana Luzia Brega de Almeida	Movimente-se	3.1 Oficinas	Ampla
Daniel Roberto Dos Santos Di Sevo	Projeto: Teatro, brincar e sorrir	3.1 Oficinas	Cotas pessoa indígena
Daniel Roberto Dos Santos Di Sevo	Jardim das Rosas Vermelhas	2.1 Dança, teatro e circo	Cotas pessoa indígena
Belga Rose de Almeida Pereira	Criança na Praça	6.1 Primeira Infância: Arte, Cultura e Experiências	Ampla

## CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

### CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

#### REGIMENTO INTERNO

#### CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE JARINU

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Com base na Lei Complementar nº 2.289, os membros do Conselho Municipal de Cultura de Jarinu compilaram, neste documento, as disposições do seu Regimento Interno.

Art. 2º O presente Regimento, Resolução nº 001/2009, definirá a estruturação desse Conselho de acordo com a legislação municipal vigente.

#### CAPÍTULO II

#### DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho será composto de 10 (dez) membros, sendo 04 (quatro) membros indicados pelo Poder Público Municipal e 06 (seis) membros representantes da Sociedade Civil, contando cada um dos 10 (dez) membros com 01 (um) suplente respectivo.





§1º Será assegurada a participação da sociedade civil, indicados pelas suas entidades e instituições representativas, escolhidos entre os cidadãos nas seguintes áreas: Artes Visuais, Artes Plásticas, Audiovisual, Design e Arte Digital, Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura, Dança, Teatro e Circo, Música, Patrimônio, Artesanato, Artes e Ofícios, Cultura Popular, Instituições Culturais não-governamentais e Cultura Étnica, Social e Identitária e representantes do Poder Público: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Técnica e Desenvolvimento Social.

§2º Os suplentes poderão participar das reuniões, e somente terão direito a voto na ausência de seu titular.

§3º O mandato dos seus membros será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por uma vez.

Art. 4º O Conselho será dirigido por um Presidente, Vice-Presidente e Secretário eleitos pelos membros titulares ou suplentes, na sua ausência, pelo modo de aclamação, por maioria simples dos presentes, em escrutínio aberto.

Art. 5º Os membros do Conselho não serão remunerados, mas seus serviços serão considerados de alta relevância cívica e social.

## CAPÍTULO III

### DAS ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS

#### SEÇÃO I

#### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE CULTURA

Art. 6º Compete ao Conselho:

I - eleger e dar posse aos membros das Câmaras permanentes e Comissões;

II - elaborar normas para o funcionamento das sessões, tramitação de processos e execução dos serviços da Secretaria Geral;

III - estabelecer e aprovar a programação anual de suas atividades e outros documentos de planejamento interno e de orçamento;

IV - encaminhar aos órgãos competentes solicitações acerca do objeto deste Conselho;

V - estabelecer diretrizes e prioridades para o desenvolvimento cultural da cidade;

VI - fiscalizar a execução dos projetos culturais e aplicação de recursos;

VII - emitir pareceres sobre questões técnico-culturais;

VIII - promover a proteção e conservação de obras e

documentos de valor histórico, literário e artístico, bem como de arquivos, museus, monumentos naturais e locais de beleza paisagística, propondo aos respectivos órgãos institucionais da cidade as medidas adequadas e registrar, de modo especial, quando solicitado, parecer sobre o tombamento de bens culturais, de acordo com a lei;

IX - dar apoio, subsídios e acompanhar as atividades executivas dos órgãos públicos ou privados;

X - assessorar a Secretaria e demais autoridades e entidades que o solicitem no concernente a assuntos de natureza cultural;

XI - articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, com as universidades, escolas e instituições científicas, artísticas, literárias, sociais e culturais em geral, de modo a assegurar a coordenação dos programas respectivos;

XII - incentivar a pesquisa científica e a produção artístico cultural, sugerindo aos órgãos executivos as providências necessárias;

XIII - participar e com voz ativa, no âmbito municipal, do Plano de integração cultural na Federação, Estados e Municípios;

XIV - propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento de projetos culturais na cidade;

XV - indicar representantes para integrarem delegações do município a congressos, convenções, reuniões e ou outros eventos que ofereçam interesse à política municipal de cultura;

XVI - manter atualizado o cadastro de informações de interesse cultural e orientar sua ampla divulgação;

XVII - colaborar na elaboração do calendário cultural do Município;

XVIII - formar grupos de trabalho para atividades específicas;

XIX - promover e acompanhar a celebração de convênios com órgãos e instituições públicas, mistos ou privados, nacionais ou internacionais de cultura ou afins ou sugeri-los, quando for o caso;

XXI - manter intercâmbio com as diversas entidades culturais, sejam públicas, privadas ou mistas;

XXII - acompanhar o crescimento cultural do Município, propondo e deliberando sobre medidas que atendam à essa demanda;

XXIII - desenvolver programas e projetos de interesse turístico-histórico-cultural visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua capacidade receptiva assim como seu patrimônio ambiental e cultural (material e imaterial);

XXIV - elaborar, alterar ou complementar, naquilo que a



legislação permitir, A Lei do Conselho, mediante voto dos Conselheiros, em sessão especialmente convocada para este fim;

XXV - propor a Prefeitura Municipal, quando entender imprescindível, a declaração de utilidade pública de bem com valor cultural, para fim de desapropriação;

XXVI - sugerir forma de compensação aos proprietários de bens tombados;

XXVII - abordar matéria que entender de sua competência e não vista neste Regimento.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Artigo 7º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Cultura:

I - representar o Conselho em toda e qualquer instância e circunstância;

II - presidir as reuniões do Conselho;

III - convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através de algum meio de comunicação, seja WhatsApp, ligação telefônica e/ou e-mail.

IV - coordenar as atividades do Conselho;

V - cumprir as determinações do Regimento Interno;

VI - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

VII - assinar as atas de sessões, juntamente com o Secretário Executivo;

VIII - adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse cultural do Município;

IX - abrir, prorrogar, encerrar ou suspender as reuniões do Conselho;

X - convidar pessoas de interesse do Conselho para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de com este colaborar;

XI - determinar a verificação de presença, através de listas de presença;

XII - criar comissões especiais quando houver necessidade;

XIII - distribuir processos às comissões especiais;

XIV - determinar a leitura da ata e das comunicações que entender necessárias;

XV - conceder a palavra aos membros do Conselho;

XVI - colocar matéria em discussão e votação;

XVII - anunciar o resultado das votações;

XVIII - ser voto de minerva em caso de empate;

XIX - decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;

XX - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XXI - anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;

XXII - estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XXIII - visar os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XXIV - determinar o destino do expediente lido nas sessões;

XXV - agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;

XXVI - resolver os casos omissos de natureza administrativa.

XXVII - substituir o Presidente em seus impedimentos;

XXVIII - assumir o cargo de Presidente em caso de vacância, exercendo-o até o término do mandato se já houver decorrido mais da metade deste ou, nas hipóteses contrárias, providenciar para a eleição de novo titular;

## SEÇÃO III

### DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO

Art. 8º Compete ao Secretário do Conselho Municipal de Cultura:

I - assessorar o Presidente na elaboração das pautas das reuniões;

II - secretariar as reuniões do Conselho;

III - preparar as atas das reuniões e assiná-las conjuntamente com o Presidente, bem como tomar todas as medidas necessárias a realização das sessões;

VI - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;

V - responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho;

VI - encaminhar às Comissões especiais os processos para estudo e parecer;



VII - executar outras tarefas correlatas que lhes forem determinadas pelo Presidente, e praticar os demais atos inerentes ao seu cargo.

## SEÇÃO V

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 9º É atribuição dos membros do Conselho:

I - assiduidade às sessões do Conselho;

II - eleger, entre seus pares, a mesa diretiva, composta do Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

III - estudar os assuntos que lhe forem submetidos, emitindo parecer;

IV - participar das discussões e deliberações do Conselho, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

V - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

VI - pedir vista de pareceres ou resoluções e solicitar o andamento de discussões e votações;

VII - requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de assuntos de interesse emergente;

VIII - obedecer as normas regimentais;

IX - assinar atas, resoluções e pareceres;

X - apresentar retificações ou impugnações das atas;

XI - justificar seu voto, dentro do prazo fixado pelo Presidente;

XII - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relativos à sua atribuição;

XIII - desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pelo Presidente, apresentando o competente relatório;

XIV - comunicar, previamente ao Presidente, a ausência ou a impossibilidade de comparecer às reuniões para as quais forem convocados.

XV – manter em sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações e/ou documentos obtidos com sua participação

## SEÇÃO VI

### DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 10º O Presidente do Conselho Municipal de Cultura poderá constituir Comissões Especiais, para estudos e trabalhos especiais, relacionados à competência do Conselho.

§1º As Comissões Especiais constituídas terão no mínimo 03 (três) membros, podendo delas participar, a juízo do plenário, pessoas estranhas ao Conselho Municipal de Cultura.

§2º O Presidente do Conselho observará o princípio de rodízio e, sempre que possível, conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros das Comissões Especiais.

§3º As Comissões Especiais terão seus respectivos Coordenadores designados pelos próprios membros e se necessário, um relator.

Art. 11 As Comissões Especiais estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 12 O funcionamento de qualquer Comissão Especial não se estenderá por mais de 90 (noventa) dias, salvo pedido de seu Coordenador, devidamente deferido pela Presidência.

Parágrafo único. Excetua-se da regra disposta no “caput” deste artigo as Comissões Técnicas, que poderão ter prazo de funcionamento ilimitado.

Art. 13 As Comissões Especiais extinguir-se-ão automaticamente, uma vez aprovado pelo plenário, o relatório dos trabalhos que executarem.

## SEÇÃO VII

### DAS REUNIÕES DO CONSELHO E DAS ELEIÇÕES

Art. 14 O Conselho Municipal de Cultura reunir-se-á ordinariamente, com a presença de pelo menos um terço dos Conselheiros, 01 (uma) vez por mês, tomadas as deliberações por maioria simples. E, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

§ 1º As sessões referidas neste artigo, convocadas por WhatsApp, ligação telefônica e/ou e-mail com antecedência de dois dias, devem contar com a presença da metade mais um dos Conselheiros na primeira convocação, e com a presença de qualquer número em segunda convocação.

§ 2º Nelas só poderão ser discutidos e votados os assuntos que motivaram a sua convocação.

Art. 15 Não havendo quorum na primeira convocação, a reunião realizar-se-á após 15 (quinze) minutos, independentemente do número de membros presentes, salvo deliberação em contrário da Presidência.

§ 1º As reuniões serão presididas pelo Presidente e na sua ausência pelo Vice-Presidente e na de ambos, pelo Secretário.

Art. 16 As reuniões do Conselho serão abertas ao público, sendo-lhes concedido o direito de voz pela Presidência desde que não haja interferência no bom andamento dos trabalhos.





Art. 17 A pauta do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.

Art. 18 A ordem dos trabalhos do Conselho será a seguinte:

I - leitura, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - expediente;

III - pauta do dia;

IV - outros assuntos de interesse.

§1º O expediente destina-se à leitura da Pauta e de outros documentos.

§2º A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário quando sua cópia tiver sido distribuída e/ou enviada por correio eletrônico aos membros do Conselho.

Art. 19 Para efeito de deliberação após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

Parágrafo único. O período de discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço para debater os assuntos.

Art. 20 As matérias apresentadas na pauta do dia serão objeto de discussão, deliberação e votação na reunião em que forem apresentadas.

Art. 21 Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, sendo facultado a qualquer membro do Conselho pedir vista em matéria de debate.

§1º O prazo de vista será de 10 (dez) dias, podendo, a critério do Conselho, ser prorrogado ou reduzido, segundo a complexidade e a urgência da matéria.

§2º Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em uma sessão, ficará automaticamente adiada para a sessão seguinte.

Art. 22 Durante as discussões, os membros do Conselho poderão:

I - levantar questões de ordem, expondo-as dentro do prazo fixado pelo Presidente;

II - apresentar emendas ou substitutivos;

III - opinar sobre os relatórios apresentados;

IV - propor providências para a instrução do assunto em debate.

Art. 23 As propostas apresentadas durante a sessão deverão ser classificadas, a critério do Presidente, em matéria de estudo ou deliberação imediata.

Art. 24 O encaminhamento das questões de ordem, não previstas neste Regimento, será decidido pelo Presidente.

Art. 25 Encerrada a discussão, a matéria em estudo será submetida à deliberação do plenário, juntamente com as emendas e/ou substitutivos apresentados.

Art. 26 A votação será aberta, e será feita através de chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou não à proposição.

Art. 27 Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente declarará quantos votos foram favoráveis ou contrários.

Parágrafo único. Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 28 Não poderá haver voto por delegação.

Art. 29 O Vice-Presidente, quando não estiver no exercício da Presidência, terá direito a voto e voz, como os demais membros.

Art. 30 As deliberações, a critério do Presidente do Conselho, poderão denominar-se Parecer ou Resolução, conforme a importância da matéria apreciada.

Parágrafo único. Essas peças serão redigidas e assinadas pelos relatores e pelo Presidente, e deverão ser apresentadas a Secretária até 10 (dez) dias após a respectiva aprovação pelo plenário.

Art. 31 Para fins de eleição, os Candidatos dos Conselheiros serão convocados pela Diretoria a cada 2 (dois) anos

§1º A reunião para eleição deverá ser realizada na primeira quinzena do mês anterior ao da posse da nova Diretoria.

## SEÇÃO VIII

### DAS ATAS

Art. 32 As decisões do Conselho serão registradas em ata.

§1º As atas deverão ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

§2º As atas serão assinadas por todos os membros presentes à reunião.

Art. 33 Ata é o registro escrito do resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

Art. 34 As atas deverão conter:

I - dia, mês, ano, local e hora da abertura e encerramento da reunião;

II - o nome do presidente ou de seu substituto legal;

III - os nomes dos membros que comparecerem à reunião,



bem como o registro dos eventuais convidados;

IV - o registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

Art. 35 Lida no começo de cada reunião, a ata da sessão anterior será discutida e retificada, quando for o caso.

Art. 36 As atas serão publicadas no Diário Oficial, no site Prefeitura Municipal da Secretaria de Educação e Cultura, devendo ser arquivadas em local próprio, cuja guarda é de responsabilidade da Mesa Diretiva.

## SEÇÃO IX

### DAS SUBSTITUIÇÕES E PERDAS DO MANDATO

Art. 37 Os membros do Conselho estarão dispensados de comparecer às sessões, por ocasião de férias ou de licenças, que lhes forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades.

Parágrafo único. Os afastamentos decorrentes de licença ou férias deverão ser comunicados ao Conselho, com antecedência de 15 (quinze) dias, salvo motivo urgente ou de força maior, devidamente justificado.

Art. 38 O Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos ocasionais, pelo Vice-Presidente.

§1º No caso de vacância do cargo de membro, antes do término do mandato, será feita nova indicação pela área representada pelo mesmo, para o restante do período.

Art. 39 Os membros do Conselho perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

I - falta injustificada a 03 (três) reuniões do Conselho, consecutivas ou não, pelo período de sua gestão;

II - prática de atos irregulares ou de improbidade.

III – sem prévia autorização, tomarem quaisquer deliberações que comprometam os objetivos do conselho, ou usarem o nome do mesmo para fins particulares;

IV – provocarem ou participarem de conflito, tumulto, agressão ou algazarra nas dependências do conselho ou em locais por eles ocupados, seja presencial ou virtual (grupos de WhatsApp e páginas em redes sociais);

V – desatenderem as deliberações oriundas das reuniões, com manifesto intuito de causar perturbação no Conselho

VI – cometerem quaisquer atos ofensivos aos Conselheiros ou a Diretoria, dentro ou fora das dependências do Conselho;

VII – fica proibido a discriminação do sexo, etnia, raça, idade, estado civil e/ou qualquer forma de discriminação entre os

membros e/ou sociedade.

Art. 40 O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave, cabendo recurso aos membros do Conselho, que decidirão por maioria simples a permanência ou não do membro excluído.

Art. 41 A exclusão e a consequente perda do mandato, será comunicada por escrito ao Chefe do Executivo, que determinará a lavratura do ato competente e designará substituto para ocupar a vaga do excluído.

Art. 42 Havendo eliminação, destituição, renúncia ou falta de conselheiro titular, assumirá o cargo vago o seu suplente legal

§1º havendo eliminação, destituição, renúncia ou falta de conselheiro suplente, o Presidente da mesa solicitará imediatamente junto ao órgão público ou segmento civil de origem, à sua substituição na forma deste regimento.

Art. 43 – Os pedidos de renúncia deverão ser encaminhados a Presidência do Conselho

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44 O Conselho Municipal de Cultura de Jarinu considerar-se-á constituído, quando empossados os seus membros.

Art. 45 Este Regimento poderá ser alterado, mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, e ratificada pela(o) Prefeita(o) Municipal.

Art. 46 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos em plenário por voto simples.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Presidente do Conselho da Cultura

### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às 18h15, deu-se início à reunião do Conselho Municipal, com a presença dos conselheiros José Carlos Honório, presidente do Conselho, Daniel Cerimarcos, Daniel Di Sevo, Goya Cruz, Mônica Ferreira, Vitor Palacin, Aline Alberico, Diana Maria da Silva, Ubirajara Zambotto, Bruno Machado, e eu Eliana Luzia Brega de Almeida, conselheira suplente, que secretariei a reunião. A pauta principal foi a leitura e aprovação do Regimento Interno deste Conselho pelo presidente. Após as devidas considerações, o conselho aprovou o Regimento Interno por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19h10, ficando



lavrada esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Jarinu, 08 de maio de 2025

Nome	Telefone	Assinatura	Data
Alayne Oliveira	(11) 964980758		08/05/25
Glaura Braga	(11) 950226901		8/05/25
Daniel Angelo Cerimaro	(11) 973281005		8/05/25
Quiana Maria da Silva	(11) 98709-5123		08/05/25
Fosli Carlos Housen	11 999718616		08/05/25
Gioya Cruz	11 981804536		08/05/25
Lincoln Biaz	11 998517616		08/05/25
VITOR PAULO PALACIN	11 986679363		08/05/25
Daniel Di Sio	11 995595461		08/05/25
Breno Alex Sander Machado	11 988948600		08/05/25
Monica Ferreira	11 953348311		08/05/25